



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TURISMO NO LITORAL PAULISTA: SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA<sup>1</sup>

Larissa Prado Rodrigues<sup>2</sup>; Isabella Maria Beil<sup>3</sup>; Jaqueline Flória Baumgaertner<sup>4</sup>

### GT 13: O turismo como vetor de conflitos socioambientais, de resistências e de alternativas de/ao desenvolvimento

#### RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar os conflitos da relação entre mudanças climáticas, eventos extremos e produção de segregação socioespacial a partir do turismo, destacando as formas de resistência da Vila Sahy, São Sebastião/SP, em se tratando do desastre lá ocorrido em 2023. Foi adotada uma abordagem dialética que combinou geografia humana e física alinhada à perspectiva teórica da segregação socioespacial, além da realização de entrevistas com moradores da comunidade em dois trabalhos de campo. Os resultados evidenciaram que a urbanização para o turismo ao longo do litoral paulista é um vetor na produção de segregação da população mais pobre, que é forçada a habitar em locais suscetíveis a movimentos de massa. A soma de fatores naturais a processos sociais críticos tem exposto essa população ao risco, potencializado diante da ocorrência de eventos climáticos extremos. Por outro lado, a comunidade resiste na luta por moradia e por medidas de contenção do risco, pressionando o Estado com organizações sociais próprias.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas; Turismo; Eventos climáticos extremos; Segregação socioespacial; Vila Sahy.

#### Destaques (highlights)

- A urbanização turística no litoral produz a segregação socioespacial dos mais pobres.
- As populações marginalizadas são expostas ao risco ao habitar próximo aos morros.
- Os eventos climáticos têm exposto o papel do turismo nas injustiças socioespaciais.
- As populações vitimadas têm resistido contra a precariedade, confrontando o Estado.

<sup>1</sup> A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito da Rede Internacional de Pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas, coordenada pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo, [larissa4912@hotmail.com](mailto:larissa4912@hotmail.com)

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo, [isabella.beil@usp.br](mailto:isabella.beil@usp.br)

<sup>4</sup> Universidade de São Paulo, [jbaumgaertner@usp.br](mailto:jbaumgaertner@usp.br)



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## INTRODUÇÃO

Em 2024, a temperatura média global ultrapassou pela primeira vez o limite de 1.5°C em relação aos níveis pré-industriais – período que marca a ausência do uso extensivo de combustíveis fósseis – sendo registrado como o ano mais quente desde 1850, quando foram iniciadas as medições<sup>5</sup>. O aumento da temperatura tem colaborado para a ocorrência cada vez mais constante de eventos climáticos extremos, tais como chuvas intensas, enchentes, secas e ondas de calor de grandes proporções. De acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios, entre 2013 e 2023, cerca de 5.233 cidades brasileiras registraram pelo menos um decreto de emergência ou de calamidade devido à ocorrência de eventos desse tipo, valor que corresponde a 94% das unidades federativas municipais<sup>6</sup>.

A compreensão sobre a crise climática e de seus impactos perpassa pela reflexão crítica de como ela é parte da própria crise do capitalismo, ou seja, algo profundamente relacionado ao modo hegemônico de organizar a reprodução da vida e do espaço no mundo. Sendo assim, os problemas ambientais não são apenas “causados” pela ação humana, mas são, em maior medida, “produzidos”, “previstos” e “incorporados” (Smith, 2006). Em um contexto que a produção social é orientada pelo crescimento econômico a qualquer custo, pautado no consumismo e na realização do lucro, não é surpresa que as consequências relacionadas aos limites e dinâmicas da natureza passariam a impactar cada vez com maior intensidade a vida no planeta em geral, acentuando a desigualdade e as injustiças social e ambiental.

Esses processos podem se expressar nas variadas escalas, podendo ser observados desde o nível mundial até o local, no interior de centros urbanos. Entretanto, embora a crise climática tenha desdobramentos em todas as partes do mundo, os países e grupos sociais não são atingidos da mesma forma, ou seja, os seus efeitos são geográfica e socialmente desiguais e combinados às particularidades dos lugares. Conforme apontam Acelrad, Mello e Bezerra (2009, p. 12), os mais pobres são aqueles que mais sofrem com os riscos ambientais socialmente induzidos, “seja no processo de extração de recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente”. O litoral sudeste brasileiro, porção territorial atravessada pela Serra do Mar e massivamente

---

<sup>5</sup> “Temperatura média do planeta rompe limite de 1.5°C em 2024, apontam centros meteorológicos”. Agência Gov. Disponível em: <https://agenciagov.abc.com.br/noticias/202501/temperatura-media-do-planeta-rompe-limite-de-1-5degc-em-2024-apontam-centros-meteorologicos>

<sup>6</sup> Ibid.



XII  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

utilizada pelo turismo, vem se demonstrando como um exemplo claro no qual os fatores expostos acima se imbricam profundamente.

O avanço do turismo a *novos destinos*, como aconteceu em diversas porções do litoral do sudeste paulista, implica a desarticulação territorial pré-existente, muitas vezes obrigando os residentes e comunidades inteiras a abandonarem suas antigas moradias, privando-os do acesso à terra e a todos os recursos naturais circundantes (Palafox-Muñoz et al., 2011). Dessa forma, o *desenvolvimento turístico*, difundido não somente no Brasil, mas também a diversos outros países da América Latina, esteve intimamente atrelado à reconfiguração de territórios de forma violenta, em função das novas dinâmicas do turismo como atividade econômica predominante no espaço (Devine & Ojeda, 2017).

No centro desse processo de captura de novos espaços, “[...] a natureza, transformada em mercadoria por meio da indústria turístico-residencial, se converte em um fator chave para aumentar os lucros” (Cañada, 2016, p. 13), subjugando os recursos naturais, e as populações que deles fazem uso, às demandas da reprodução do capital e, sobretudo, à propriedade privada da terra. Nessa perspectiva, a reprodução do espaço como mercadoria e, ao mesmo tempo, como lugar da reprodução da vida cotidiana, escancara sua face contraditória. Segundo Carlos (2011, p. 65), quando a propriedade privada invade a vida cotidiana de forma definitiva, o espaço assume a condição de *mercadoria*, “num processo em que o espaço se reproduz enquanto mercadoria cambiável delimitando os usos e lugares sujeitos à apropriação diante da fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada no solo, como expressão da propriedade privada da riqueza”. Esse processo fundamenta a segregação socioespacial que se dá a partir da fragmentação dos espaços-tempo da vida humana em seus acessos *diferenciados*, marcados pela diferença de *classe* (Carlos, 2011).

Assim, o turismo como atividade que produz o espaço por excelência e tem no consumo do espaço a sua principal mercadoria (Cruz, 2007), aumenta a pressão sobre a apropriação, acesso, domínio e uso da terra (Devine & Ojeda, 2017). No litoral sudeste brasileiro, esse processo se dá pela expropriação de terrenos mais planos e próximos ao mar para a construção de hotéis, pousadas, segundas residências etc., causando a expulsão da população mais pobre para áreas afastadas, como aquelas próximas aos morros da Serra do Mar. Consequentemente, essas populações estão mais expostas ao risco de movimentos de massa que tem se dado em virtude dos eventos climáticos extremos cada vez mais recorrentes.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar os conflitos em torno da relação entre mudanças climáticas, eventos extremos e produção de segregação socioespacial a partir do turismo. Para tanto, destacamos o caso da Vila Sahy, localizada no município de São Sebastião/SP, comunidade impactada pelas chuvas extremas e pelos movimentos de massa do desastre ocorrido em 19 de fevereiro de 2023 que soterrou residências e vitimou seus moradores. A partir do caso da Vila Sahy será proposta uma reflexão crítica sobre o conceito de *resiliência*.

## **METODOLOGIA**

Este artigo traz uma abordagem inovadora a partir de uma perspectiva dialética entre geografia humana e física, dimensões inseparáveis na realidade, que considera dados e processos sociais em relação com as características físicas do recorte espacial. Com isso, buscamos analisar criticamente como o turismo está diretamente imbricado na produção da segregação socioespacial, cujos conflitos e efeitos desses processos sociais têm sido escancarados pelos eventos climáticos extremos, como foi pelo desastre envolvendo deslizamentos de massa ocorrido no município de São Sebastião.

Para tanto, elegemos como estudo de caso a Vila Sahy, no município de São Sebastião/SP, Sudeste do Brasil, uma região na periferia do capitalismo, na América Latina, que sofreu consequências de chuvas extremas em 2023. Inicialmente, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico na busca por materiais que abordam a relação entre urbanização, turismo, segregação socioespacial e a recorrência de eventos extremos e desastres, enfocando o caso do município de São Sebastião, no litoral norte do estado de São Paulo. Entre os procedimentos de método, estiveram a busca por imagens aéreas e por mapas da região a partir de fontes secundárias, como o *Google Maps* e as plataformas *Booking.com* e *Airdna*, abarcando o fenômeno das segundas residências no município de São Sebastião, assim como a expansão dos aluguéis por temporada, considerando, neste último caso, os anos de 2023, 2024 e 2025.

Além disso, dois trabalhos de campo foram realizados em São Sebastião e, especificamente, na Vila Sahy. Em junho de 2024, foi realizado um primeiro campo de aproximação no município com o objetivo de observar o local atingido pelos deslizamentos após 1 ano e 3 meses da tragédia, além de realizar entrevistas com moradores da Vila Sahy diretamente envolvidos no episódio das chuvas extremas. Do mesmo modo, foi feito um

4

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

reconhecimento da área e uma cobertura fotográfica não extensa. Nessa ocasião, com a intermediação de docentes da ETEC Vila Sahy, foi possível a realização de um grupo focal com estudantes moradores da Vila e com uma líder comunitária. Já o segundo trabalho de campo foi realizado em abril de 2025 e o principal objetivo foi a realização de entrevista com uma outra importante liderança comunitária, um pequeno comerciante, que vive na Vila Sahy desde o início da ocupação dessa área.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

### *Urbanização para o turismo litorâneo: a produção da segregação socioespacial em São Sebastião/SP*

O município de São Sebastião está situado no litoral norte do estado de São Paulo, em uma área de aproximadamente 400km<sup>2</sup>. Fundado em 1636, é o município mais antigo desta porção do litoral. A cidade é percorrida pela Serra do Mar, uma formação orogênica localizada na margem Atlântica da placa tectônica sul-americana, com níveis altimétricos que variam entre 800 e 1000 metros. Devido às suas características físico-naturais, a Serra do Mar é bastante propensa a movimentos de massa, algo explicado pela combinação “de características geomorfológicas e pedológicas, incluindo encostas com ângulos elevados, solos finos, descontinuidades hidráulicas e baixos valores de coesão, juntamente com chuvas intensas e prolongadas” (Bonini et al., 2025, p. 2).

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), no Núcleo São Sebastião, possui extensão de 26.268 hectares e cobre aproximadamente 70% de todo o município. Conseqüentemente, tem-se um espaço limitado para o avanço da urbanização que, a despeito disso, acelerou-se consideravelmente nos últimos anos, junto ao crescimento populacional, que se elevou em mais de 580% entre os anos de 1970 e 2022 (Vieira et al., 2023). Esse processo de urbanização esteve profundamente imbricado ao desenvolvimento do turismo no município, que se adequou para atender a um número crescente de turistas.

Localizado a cerca de 196km da capital do estado de São Paulo e com 107km de extensão de faixa litorânea, São Sebastião tornou-se *um destino* muito procurado por conta de suas praias. Segundo Vieira et al. (2023), é preciso entender a modernização e urbanização do Litoral Norte de São Paulo por meio de sua integração à dinâmica da capital, processo que ocorreu, entre outros aspectos, pela recepção de investimentos associados ao turismo. Dessa

forma, a proximidade com a capital paulista e a expansão das redes rodoviárias foram fatores que possibilitaram o crescimento do turismo, atividade cuja expansão foi marcada pela multiplicação de fluxos turísticos, pela construção de infraestruturas, como hotéis e pousadas, e pelo aumento dos domicílios particulares de uso ocasional (DPUO), as chamadas “segundas residências”. Atualmente, 38,59% dos domicílios de São Sebastião servem à ocupação ocasional e estão localizados, em sua maioria, na planície litorânea, próximos ao mar.

No caso dos meios de hospedagem, dados recentes da Secretaria de Turismo do município registram um total de 179 empreendimentos cadastrados entre as tipologias hotéis, pousadas, *campings* e *hostels*, distribuídos ao longo das praias de São Sebastião<sup>7</sup>. Como se pode ver na Figura 1, os meios de hospedagem concentram-se em uma estreita faixa da planície litorânea mais próxima ao mar (Figura 1).

Figura 1 - Oferta de meios de hospedagem em São Sebastião (2025).



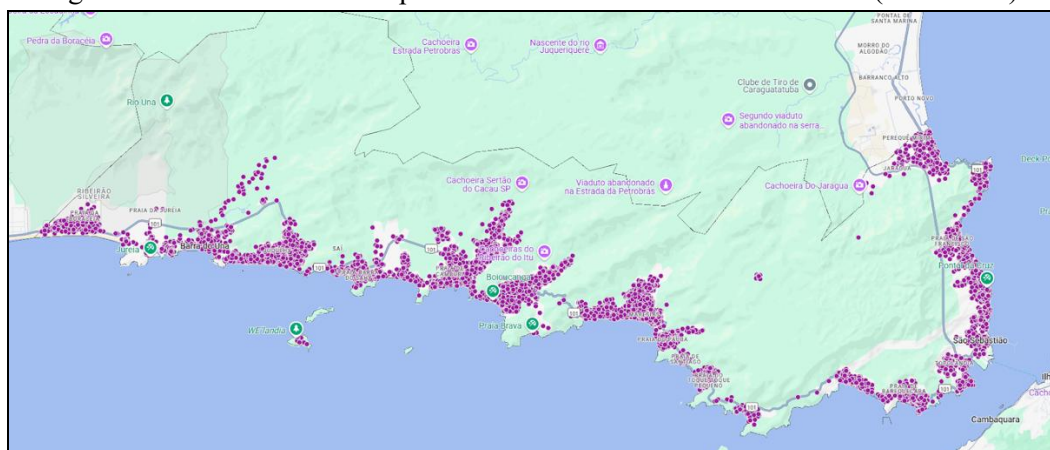
Fonte: Google Maps (2025).

Outro fenômeno relevante no âmbito do setor de hospedagem, e que denota a forte presença do turismo no município, se dá pelo crescimento de imóveis disponíveis para locação de curta temporada na plataforma do *Airbnb* (Figura 2).

<sup>7</sup> Os dados de meios de hospedagem foram obtidos a partir de levantamento realizado no website da Secretaria Municipal de Turismo de São Sebastião. Disponível em: <https://www.turismoaosebastiao.com.br/onde-ficar/>



Figura 2 - Anúncios ativos na plataforma do *Airbnb* em São Sebastião (maio/2025).



Fonte: *AirDNA* (2025).

Em se comparando os dados, é possível identificar uma diferença pontual entre a espacialização da oferta de meios de hospedagem, como hotéis e pousadas, praticamente restritos à uma faixa de terra entre a Rodovia e o mar (Figura 1), e os imóveis disponíveis para aluguel para temporada pelo *Airbnb*, que, em alguns trechos, ultrapassam os limites da rodovia e adentram terrenos lindeiros ao Parque Estadual da Serra do Mar (Figura 2)<sup>8</sup>.

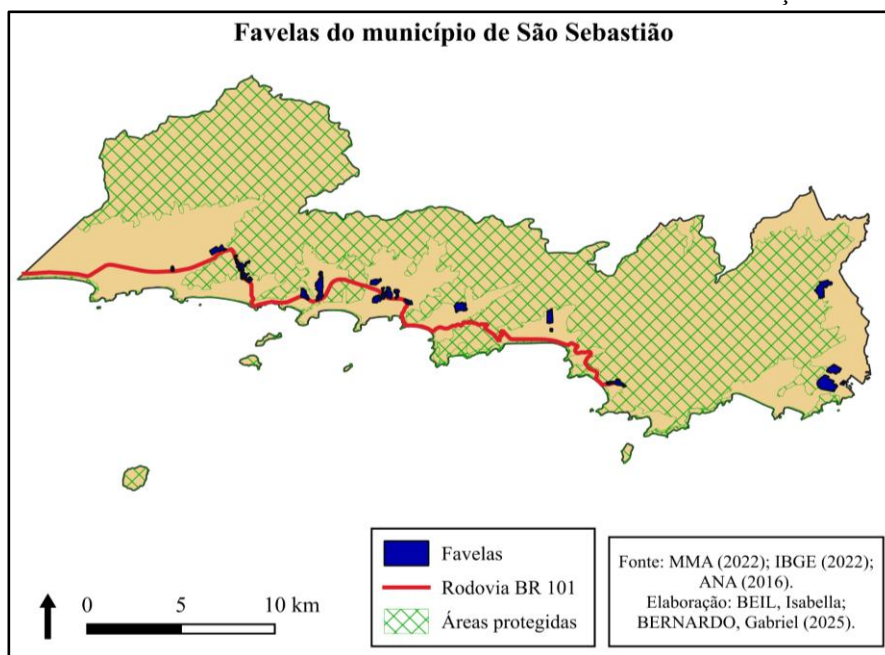
A urbanização acelerada de São Sebastião, processo que teve o turismo como um de seus principais motores, atraiu um fluxo de pessoas interessadas nas possibilidades de empregos na construção civil, nas pousadas e no comércio em franca expansão. Como consequência da mercantilização do espaço e do rápido avanço de uma urbanização excludente, ambas promovidas pelo desenvolvimento do turismo em paralelo com outras atividades econômicas, ocorreram contínuos deslocamentos de populações e comunidades para áreas de risco. Este movimento é revelador de claros processos de segregação socioespacial em face da marginalização social ensejada por essas dinâmicas. Nesse sentido, as atividades do turismo na região do litoral norte paulista têm se constituído como importante vetor condicionante da expulsão de antigos moradores das porções do espaço que são capturadas e valorizadas pelo capital imobiliário.

Por outro lado, diante da necessidade de habitar próximos aos locais de trabalho e impossibilitados de residir na faixa litorânea, apropriada pelo uso turístico, os trabalhadores

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que as figuras possuem limitações de representação cartográfica dadas as diferenças de escala e o tamanho dos pontos de representação que podem distorcer a visualização da localização exata dos imóveis (hotéis, pousadas e de locação para *Airbnb*).

passaram a construir suas residências do outro lado da rodovia Rio-Santos, em áreas cada vez mais próximas aos morros. Assim, multiplicaram-se as favelas existentes no município – atualmente há 24,6 mil indivíduos distribuídos em 23 favelas e comunidades, segundo dados do MapBiomas<sup>9</sup>. Como é possível observar no mapa a seguir, as favelas de São Sebastião estão localizadas entre a rodovia Rio-Santos e as encostas da Serra do Mar, como é o caso da própria Vila Sahy, marcada por um processo de ocupação acelerada a partir dos anos 2000 (Mapa 1).

Mapa 1 - Favelas e Comunidades Urbanas existentes em São Sebastião em relação às áreas protegidas.



Fonte: MMA (2022); IBGE (2022); ANA (2016). Elaboração: Beil e Bernardo (2025).

### ***Segregação pelo turismo e resistência da Comunidade da Vila Sahy em face dos eventos climáticos extremos***

A Vila Sahy é uma comunidade de São Sebastião, localizada do lado oposto à Praia do Sahy, às margens da rodovia Rio-Santos (SP-55), entre Juquehy e a Praia da Baleia. A comunidade surgiu na década de 1990 com o nome de “Vila Baiana”, devido ao considerável número de migrantes procedentes do estado da Bahia que ali começaram a residir. Esses migrantes se deslocaram em busca, principalmente, de emprego na construção civil, setor que estava em expansão no município, dinamizado em grande medida pelo processo de implantação

<sup>9</sup> “Favelas no Brasil crescem em ritmo acelerado e ocupam 106 mil hectares”. MapBiomas. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2022/11/04/favelas-no-brasil-crescem-em-ritmo-acelerado-e-ocupam-106-mil-hectares/>



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

de infraestrutura básica e turística e pela construção de empreendimentos. Impossibilitados de habitar nas áreas mais planas e próximas ao mar em face da crescente valorização imobiliária, a comunidade se expandiu ao longo dos anos em direção às encostas da Serra do Mar, áreas mais expostas ao risco de movimentos de massa.

A Vila Sahy foi uma das localidades mais impactadas pelas chuvas extremas ocorridas no município no ano de 2023, quando os deslizamentos de partes da Serra do Mar afetaram diversas casas. Em entrevista realizada em 15 de abril de 2025 com um líder comunitário, o entrevistado apontou que desde o início de sua composição, na década de 1980, os moradores da Vila foram sempre ameaçados pelo poder público, especialmente na figura da polícia, em virtude da ocupação irregular do terreno. Contudo, nunca foram feitas propostas de regularização fundiária e/ou de políticas de provisão habitacional. Em se tratando da tragédia em 2023, para além da ausência de alertas prévios por parte da prefeitura do município sobre o risco de chuvas fortes e da demora na prestação de socorro, após a tragédia, o governo estadual entrou com uma ação judicial pedindo a demolição de 900 casas da Vila Sahy, alegando se tratar de uma área de risco.

Embora a ação não tenha vingado<sup>10</sup>, é certo que o anúncio da medida só reforçou a violência imposta pelo Estado a uma população espacialmente segregada, uma vez que desconsidera as relações e disputas territoriais e reitera a negligência ao não propor uma política de provisão habitacional adequada. Ainda em 2024, diversos moradores alegaram que o empreendimento imobiliário da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), construído no bairro Baleia Verde após a tragédia para abrigar aqueles que perderam suas casas, foi instalado em uma área alagável e sofreu com enchentes ainda durante sua fase de construção<sup>11</sup>.

Enquanto os trabalhadores são empurrados para as encostas da Serra do Mar, novos empreendimentos de luxo são lançados na planície litorânea para atender à demanda turística

---

<sup>10</sup> “Tarcísio desiste de ação para demolir casas em área da tragédia de São Sebastião”. Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/tarcisio-desiste-de-acao-para-demolir-casas-em-area-da-tragedia-de-sao-sebastiao.shtml>

<sup>11</sup> “Acesso às obras de condomínio para desabrigados no bairro Baleia Verde alaga em São Sebastião” G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/11/24/acesso-as-obras-de-condominio-para-desabrigados-no-bairro-baleia-verde-alaga-em-sao-sebastiao.ghtml>



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

por segundas residências e hotéis. Esse processo de presença ausente do Estado em relação à população mais pobre, pode ser lido como uma gestão espacial da pobreza que assume faces diversas em função dos interesses privados do turismo e do mercado imobiliário que se renovam continuamente. Nesse quadro, se estabeleceram frentes de resistência dos moradores da Vila Sahy à precariedade da segregação promovida pela exploração capitalista da terra. O ato de resistir se expressa desde a compreensão de que sua força de trabalho é essencial para a manutenção da atividade turística da região e conseqüentemente para o aumento da riqueza, na permanência na ocupação do território lutando por sua identidade, até na organização de movimentos comunitários para exigir do Estado melhores condições de moradia e mais investimentos em infraestruturas de mitigação de danos causados pelos desastres climáticos.

Por outro lado, no contexto atual de multiplicação dos eventos climáticos extremos e de seus impactos, muito tem se repetido sobre a necessidade das localidades se tornarem mais *resilientes*. Entretanto, cabe discutir, criticamente, qual é essa resiliência esperada e quais os são os interesses incutidos. A ampliação no uso do conceito ocorreu pela tentativa em abranger a complexidade das questões e relações entre o social e o ecológico, uma vez que se encontram profundamente integradas (Cote & Nightingale, 2012).

Não obstante, Cretney (2014) assinala que o termo pode ter significados diversos. A resiliência vem sendo utilizada, principalmente por governos, em um sentido positivo e comumente combinada com o discurso da sustentabilidade. Porém, a ampliação de seu uso nos mais variados contextos favoreceu uma abordagem genérica, passível de ser associada a tudo e qualquer coisa, não sendo capaz de mobilizar ações concretas na mitigação de impactos e/ou com medidas efetivas de prevenção. O autor chama a atenção para o fato de que a resiliência pode ser adotada, por exemplo, em um contexto de mudança na intervenção estatal sobre a vida e de aumento da responsabilidade individual. Assim, cobra-se que comunidades e projetos sejam cada vez mais *flexíveis e adaptáveis* a mudanças e rupturas, o que os transforma em alvos mais atraentes e suscetíveis à neoliberalização uma vez que, teoricamente, locais mais *adaptáveis* podem ser facilmente mobilizados para atender às demandas do capital. Segundo Cretney (2014), a resiliência deve ser apreendida como uma estrutura moldada por valores sociais dominantes e por discursos hegemônicos derivados de um conjunto de atores sociais. Nessa perspectiva, ressalta-se a perversidade incutida nessa lógica de formação de *cidadãos*



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

*resilientes* pautados por uma clara *governamentalidade neoliberal*, a qual busca tornar uma crise social em meras falhas individuais, se utilizando do conceito de *resiliência* como forma de ocultar a responsabilidade coletiva nos desastres e delegar a culpa ao indivíduo.

No caso da Vila Sahy, é notório que as diversas formas de luta coletiva por sobrevivência diante das condições precárias – em torno da falta de moradia digna e segura, de equipamentos de saúde, de transporte adequado, de educação de qualidade e à assistência social – não podem ser consideradas “ações resilientes” sob a lógica de transformação de uma crise social de responsabilidade coletiva em obstáculos e culpabilização individuais. Não obstante, é preciso cautela ao exigir das comunidades uma suposta *resiliência*, quando cotidianamente são marginalizadas por violentos processos de segregação pautados pela expropriação do acesso à terra em função da produção do espaço como mercadoria. Assim, a luta pela justiça ambiental e social é também e, sobretudo, uma luta anticapitalista coletiva contra a mercantilização da habitação e da vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de desenvolvimento turístico envolvendo a criação de zonas residenciais e/ou de empreendimentos têm provocado a privatização das zonas costeiras, aumentando a especulação imobiliária e, conseqüentemente, a pressão social por habitação ao forçar o deslocamento e a expulsão de antigos moradores. Como resultado, essas populações acabam por constituir assentamentos em zonas de risco, indicando um claro processo de segregação socioespacial.

Nessa direção, a produção do urbano, que tem no turismo um vetor condicionante, concorre diretamente para a produção da segregação socioespacial a partir da valorização de determinados fragmentos do território pela atividade. A segregação tem sido regra em grande parte das localidades onde o turismo se coloca como atividade econômica relevante. É nesse quadro que se colocou o estudo de caso desta pesquisa, a Vila Sahy, no município de São Sebastião/SP, localidade impactada pelo avanço do turismo de massa em zonas litorâneas, cujos efeitos afligem as populações locais.

A ocorrência cada vez mais frequente de eventos climáticos extremos seguidos de desastres aponta para a existência de uma gestão insustentável dos espaços litorâneos. O caso da Vila Sahy demonstra que, mesmo diante de uma tragédia, a comunidade soube se unir e

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

enfrentar a situação, colaborando, inclusive, para que o número de fatalidades tenha sido menor. Isso não significa, de nenhuma maneira, que a ação da Vila deva ser romantizada ou entendida como *resiliência* em seu sentido acrítico. Diante das desigualdades e injustiças, a tal *resiliência das localidades* torna-se “forçada” devido às negligências do poder público e aos abusos da reprodução capitalista. Mais do que resistir às tragédias, o caso da Vila Sahy evidencia a necessidade de que as políticas públicas urbanas, especialmente aquelas de provisão habitacional, sejam mais efetivas e pautadas pela premência de se considerar as mudanças climáticas como um elemento incontornável na atualidade e no futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

- Acselrad, H.; Mello, C. C.A. & Bezerra, G. N. (2009) *O que é justiça ambiental*, Garamond, Rio de Janeiro.
- Bonini, J. E., Martins, T. D., Sugiyama, M. T. *et al.* Landslide inventory of the 2023 Serra do Mar disaster (Brazil). *Discov Geosci* 3, 40 (2025). <https://doi.org/10.1007/s44288-025-00153-2>
- Cañada, E. (2016), Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico, *Revista Ecología Política*, n. 52, 13-16.
- Carlos, A. F. A. (2011), *A condição espacial*, São Paulo, Contexto.
- Cote, M. & Nightingale, A. J. (2012) Resilience Thinking Meets Social Theory: Situating Social Change in Socio-Ecological Systems (SES) Research. *Progress in Human Geography*, 36, 475-489. <https://doi.org/10.1177/0309132511425708>
- Cretney, R. (2014), Resilience for Whom? Emerging Critical Geographies of Socio-ecological Resilience. *Geography Compass*, 8: 627-640. <https://doi.org/10.1111/gec3.12154>
- Cruz, R. C. A. (2007). *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*, São Paulo, Roca.
- Devine, J. A., Ojeda, D. (2017), Violence and dispossession in tourism development: a critical geographical approach, *Journal of Sustainable Tourism*, v. 25, n. 5, 605-617.
- Palafox-Muñoz, A., Madrigal Uribe, D., Zumbo Villarreal, L. (2011), Apropiação, funcionalização y homogenización del espacio para el desarrollo turístico de Quintana Roo, México, *Caderno Virtual de Turismo*, v. 11, n. 2, 282-293.
- Smith, N. (2006, June 11). There's no such thing as a natural disaster. Social Science Research Council. Disponível em: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/theres-no-such-thing-as-a-natural-disaster/>
- Vieira, E. T., Lemes, M. C. R., Silva, R. C., Fisch, G., & Santos, M. J. (2023). Desenvolvimento regional e a intensificação das catástrofes socionaturais: o caso do município de São Sebastião/SP, *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 19(3), 467-491.